Relatório

PROJETO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO PARÁ

ETAPA MARAJÓ

MUNICÍPIO:

PONTA DE PEDRAS

TCMPA

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

Equipe Técnica

Conselheiro SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheira Substituta ADRIANA CRISTINA DIAS OLIVEIRA

ANA CRISTINA SANTOS SODRÉ

DIEGO MARTINS ESTÁCIO

LUIS OTAVIO GADELHA BARBOSA

MARINICE PUREZA GOMES

SERGIO ROBERTO BACURY DE LIRA

Apoio

EDSON PAIVA DE MENEZES

RAFAEL VINICIUS MELO DOS SANTOS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 04

2. METODOLOGIA 06

3. RESULTADOS 08

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS 09

3.1.1. Taxas de Rendimento Escolar 09

3.1.2. Distorção Idade-Série 11

3.1.3. Aprendizado Adequado 12

3.1.4. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 13

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES 15

3.2.1. Fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais 15

3.2.2. Universalização, Acesso e Permanência na Escola 18

3.2.3. Infraestrutura Escolar 25

3.2.4. Política Pública de Alimentação Escolar 26

3.2.5. Política Pública de Atendimento no Transporte Escolar 30

3.2.6. Valorização dos Profissionais da Educação 32

3.2.7. Fortalecimento dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras 35

CONCLUSÃO 41

ENCAMINHAMENTO 42

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Ponta de Pedras 45

1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de cooperar para melhores e mais amplos resultados das políticas públicas educacionais no âmbito dos municípios paraenses, e considerando a necessidade de enfrentamento de reconhecidos desafios que se apresentam agravados diante dos efeitos da pandemia da COVID-19, foi concebido o **Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios do Estado do Pará.**

O Projeto constitui uma estratégia inovadora no âmbito desta Corte de Contas, pois pressupõe um olhar para o território, local onde a política pública se concretiza, ou deveria se concretizar, e busca refletir sobre os desafios e soluções possíveis de implementação de forma regionalizada e articulada, a fim de transformar realidades e, por conseguinte, promover a entrega efetiva de um direito fundamental.

Tem como objetivo geral contribuir para o progresso da qualidade da educação nos municípios paraenses, por meio da garantia do acesso, da permanência e do efetivo aprendizado dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões que representam os eixos estruturantes definidos no citado Projeto, que são: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; alimentação escolar; transporte escolar; valorização dos profissionais do magistério e fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

Para a realização da etapa inicial - Projeto Piloto, foi contemplado o Arquipélago do Marajó, cuja escolha pautou-se em critérios de territorialidade e, por conseguinte, na oportunidade de se propiciar intervenções de forma simultânea e sinérgica, considerando que a mencionada região reúne 17 (dezessete) municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure e Oeiras do Pará (este último passou a fazer parte da Região de Integração do Marajó em janeiro/2022) – que apresentam peculiaridades geográficas, climáticas e culturais, além de cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), inclusive o pior do país, com os

indicadores sociais apontando baixa qualidade da educação, com elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme análise de dados oficiais extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DATASUS e TC Educa.

Nesse contexto, o Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará foi formulado como um mecanismo capaz de impulsionar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, favorecendo a atuação dialógica e interinstitucional, com o objetivo de conhecer in loco a realidade do sistema de ensino vivenciada nos municípios paraenses, suas fragilidades, suas deficiências e a viabilidade de reversão da realidade adversa quando constatada, a partir da avaliação diagnóstica e proposição de soluções compartilhadas, com potencialidade de melhorar e fortalecer a educação.

Com a anuência da Presidente deste TCMPA, a idealização desse Projeto – etapa piloto coube ao grupo de trabalho coordenado pelo Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares, Relator das contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, na condição de membro convidada. Também integram o grupo os servidores oriundos do Gabinete do Conselheiro Relator e da 2ª Controladoria, que detêm vinculação com o exame e acompanhamento das contas dos municípios contemplados, bem como os técnicos que compõem a CSE/DIPLAMFCE, que são responsáveis pela oferta dos conhecimentos especializados da área de educação e, pelas medidas necessárias à futura extensão do projeto aos demais municípios de Estado do Pará, a critério de cada Conselheiro Relator.

2. METODOLOGIA

Para execução do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, em sua etapa Piloto, estruturou-se o desenvolvimento das atividades em 4 (quatro) fases, tendo sido avaliadas e consideradas as seguintes limitações: a) o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, uma vez que as atividades foram iniciadas em janeiro de 2021 e b) impossibilidade de visitar a totalidade das escolas do município em virtude da distância territorial e dificuldade de acesso, decorrentes das características geográficas da região e diante do cronograma estabelecido para o projeto.

1ª FASE

em regime de home office, procedeu-se o levantamento de indicadores da educação pública municipal no Arquipélago do Marajó, tendo como fonte preliminar os dados oficiais consolidados na plataforma QEdu Gestão (plataforma que auxilia a análise de dados das redes de ensino ou escolas relacionados a perfil docente, infraestrutura, aprendizados dos alunos, entre outros), em uma versão elaborada especificamente para os municípios do Marajó, a partir da qual foram coletados somente os dados concernentes (1) à nota do IDEB, (2) Taxa de Analfabetismo e (3) Distorção Idade Série. Todavia, levando-se em conta o entendimento predominante entre diversos estudiosos da área educacional de que os índices inicialmente adotados não constituem indicadores suficientes para a compreensão da realidade educacional, recorreu-se a uma rede de apoio ofertada ao TCMPA, pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE/IRB) e o Interdisciplinaridade Evidência e Debates Educacionais (IEDE), o que resultou, após realização de reuniões virtuais, na elaboração conjunta de questionários alinhados aos 7 (sete) eixos de abordagem que estruturam o projeto, possibilitando a ampliação e aprimoramento dos dados a serem coletados.

2ª FASE

em razão da impossibilidade da realização de viagens e a necessidade, ainda, de distanciamento social, nos meses de abril e maio de 2021, procedeu-se a aplicação dos questionários aos secretários municipais de educação e coordenadores pedagógicos das escolas localizadas nas zonas urbana e rural dos 16 (dezesseis) municípios do Arquipélago do Marajó, mediante entrevistas realizadas em plataforma virtual. Naquele momento, Oeiras do Pará ainda não fazia parte do Marajó.

3ª FASE

Na terceira fase, após a liberação de viagens, deu-se início ao ciclo de visitas, programado para alcançar os 17 (dezessete) municípios da Região do Marajó, com o objetivo de:

a) reunir com o Poder Legislativo, Ministério Público, Prefeito Municipal, Secretária Municipal de Educação e sua equipe técnica, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, integrantes dos Conselhos de Controle Social – Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb), e Conselho Municipal de Educação (CME), os Conselhos Escolares, representantes da sociedade civil e, onde houver, representantes locais das Universidades Públicas;

b) proceder a visitação de escolas, por amostragem, das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores. A finalidade das visitas aos municípios vai além de coletar/validar dados, mas, especialmente, oportuniza à equipe técnica conhecer e avaliar in loco da realidade vivida pelos alunos da rede pública de ensino, tanto em relação ao sistema educacional, quanto à situação sócio/econômica, bem como possibilita a sensibilização dos principais atores envolvidos com a concretização da política pública, buscando conscientizá-los da importância da participação de todos no Projeto.

4ª FASE

consiste na elaboração de diagnóstico, ou seja, na identificação das possíveis deficiências que ocasionam a ineficiência do sistema educacional, assim como na proposição de potenciais soluções, o que se faz com base no levantamento da situação escolar e nas informações coletadas a partir da aplicação dos questionários, da pauta das reuniões realizadas com as diversas instituições envolvidas, da observação direta das características locais geográficas, climáticas e culturais, bem como do conhecimento da gestão, em sua perspectiva administrativa, estrutura física das escolas, transporte, alimentação escolar e aspectos pedagógicos.

A seguir são apresentados os resultados das atividades desenvolvidas no **Município de Ponta de Pedras**, em conformidade com a metodologia acima exposta. A elaboração do presente relatório coube à equipe designada para proceder a visitação *in loco*, nos termos das Portarias nº 0795 e 0798-TCMPA, ambas de 20/07/2021.

3. DOS RESULTADOS

No período de 15 a 20 novembro 2021

A equipe técnica visitou o Município de Ponta de Pedras. Na ocasião, foram realizadas reuniões com o Ministério Público Estadual, Câmara dos Vereadores, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação e equipe técnica, Conselho Tutelar, Conselhos de Controle Social (CAE, CACS-Fundeb, CME) e representantes da sociedade civil.

Procedeu-se, também, à visitação às escolas selecionadas das zonas rural e urbana, com aplicação de questionários aos seus diretores, coordenadores pedagógicos e professores.

No presente relatório, os resultados dos trabalhos encontram-se expostos em **2 (duas) partes**. Na primeira delas, descreve-se a conjuntura do município a partir da demonstração dos indicadores educacionais, coletados e analisados, cotejando-os com o cenário Estadual e Nacional; na segunda, apresenta-se a avaliação das 7 (sete) dimensões da política educacional, que constituem os eixos estruturantes definidos no Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, que ao final subsidiará o encaminhamento de ações, que possam contribuir com o desenvolvimento e aprimoramento da educação.

3.1. INDICADORES EDUCACIONAIS

Segundo o INEP, ano base 2021, a rede pública municipal de ensino de Ponta de Pedras é composta por 10 (dez) unidades escolares na zona urbana e 40 (quarenta) unidades escolares na zona rural, para atender 5.206 (cinco mil e duzentos e seis) alunos matriculados.

De acordo com o último levantamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), realizado em 2010, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Ponta de Pedras ocupa no cenário regional (arquipélago do Marajó) o 3º lugar, e figura na posição nacional de nº 5.002, com indicadores educacionais que revelam o baixo desempenho da rede municipal.

Esse resultado apresentado pelo IDHM é afetado, dentre outros determinantes, pelos indicadores educacionais ocorrentes no município, e neste caso também envolve o resultado apresentado pela rede de ensino estadual. A princípio, leva a entender que o resultado dos indicadores educacionais naquele ano não foi satisfatório.

Os dados educacionais referentes a 2021, dez anos depois da divulgação do IDHM, demonstram que o contexto desfavorável não foi revertido, conforme indicadores selecionados para avaliação do Projeto, a seguir evidenciados.

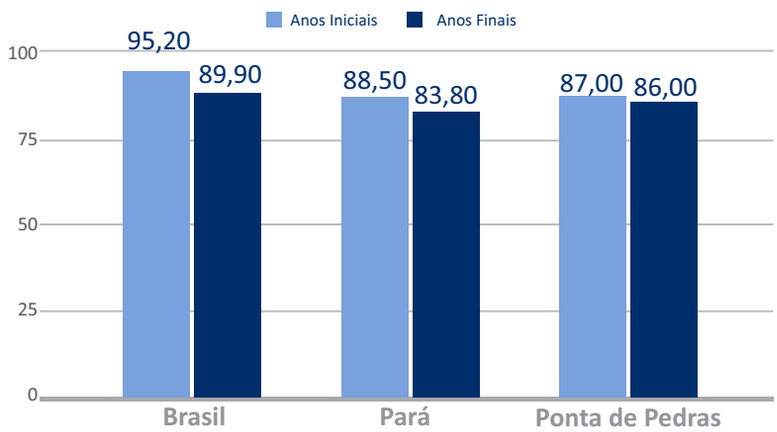
3.1.1. TAXAS DE RENDIMENTO ESCOLAR

As taxas de rendimento escolar de cada instituição constituem indicadores utilizados no cálculo do IDEB. São apuradas ao final de um ano letivo e indicam a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola.

A taxa de reprovação de alunos do município de Ponta de Pedras é de 11,20% nos anos iniciais e de 9,20% nos anos finais, apresentando-se maior que a taxa de reprovação do estado do Pará, no qual o índice situa-se em torno de 10% nos anos iniciais e finais. O índice de abandono, tanto nos anos iniciais quanto nos finais, é apenas um pouco maior que a média do restante do estado (Gráfico 1).

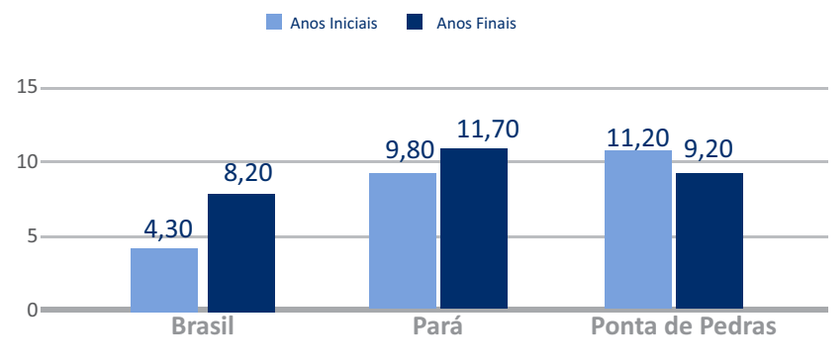
Gráfico 1 – Taxas de Rendimento Brasil/Pará/Ponta de Pedras – 2019

APROVAÇÃO



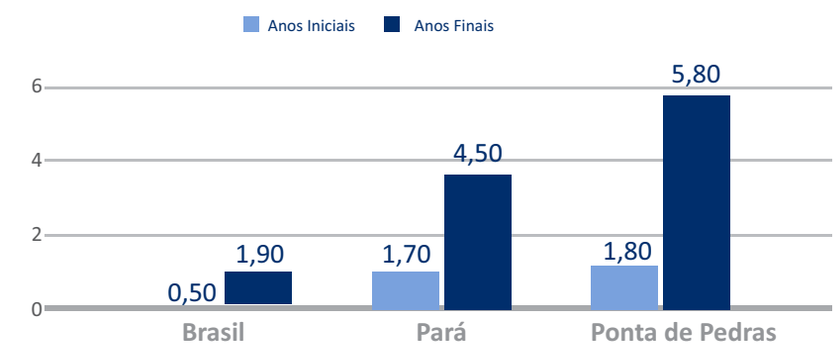
Fonte: INEP

REPROVAÇÃO



Fonte: INEP

ABANDONO



Fonte: INEP

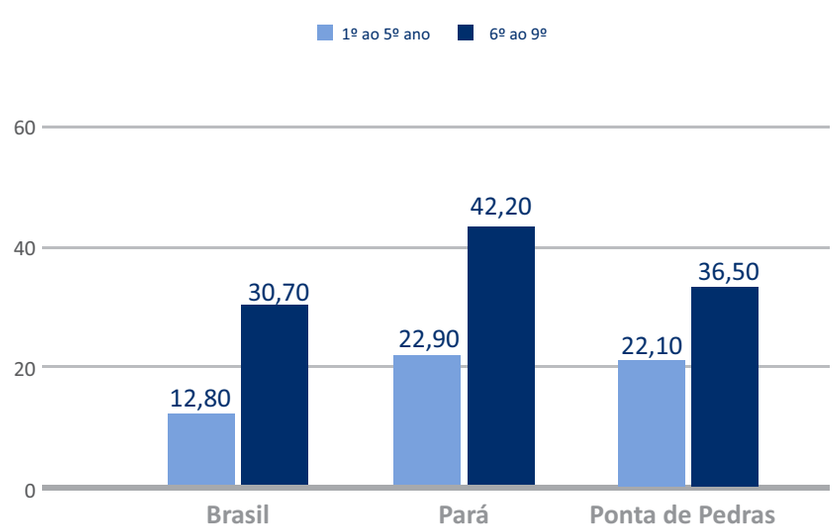
3.1.2 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A distorção idade-série é definida pela proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, o ensino fundamental compreende a fase do 1º ao 9º ano, devendo-se garantir o ingresso da criança aos 6 anos de idade, com expectativa de conclusão dessa etapa de escolarização aos 14 anos.

A taxa de reprovação evidenciada no item anterior, em uma primeira análise, constitui fator que contribui para a distorção idade-série que, em Ponta de Pedras, é de 22,10% do total de alunos dos anos iniciais e agrava-se nos anos superiores, quando essa taxa de distorção se eleva para 36,50%, ou seja, a cada grupo de 100 (cem) alunos, 36 (trinta e seis) encontram-se com pelo menos 2 (dois) anos de atraso escolar. Essa situação não difere muito da média do restante do estado do Pará (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxas Distorção Idade Série Brasil/Pará/Ponta de Pedras – 2019

DISTORÇÃO IDADE SÉRIE (%)



Fonte: INEP

3.1.3. APRENDIZADO ADEQUADO

O aprendizado adequado pressupõe o domínio de competências que demonstrem a proficiência do aluno, ou seja, sua compreensão, habilidade, preparo e conhecimento em determinada disciplina. Com a aplicação da Prova Brasil, foram indicadas pontuações a partir das quais os alunos podem ser considerados com domínio da competência avaliada. De acordo com a pontuação obtida, os alunos são distribuídos em quatro níveis de proficiência (insuficiente, básico, proficiente e avançado). São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que têm bom aproveitamento e estão nos níveis proficiente e avançado (Quadro 1).

Quadro 1– Escala de Aprendizagem - 2019

NÍVEIS DE ENSINO		INADEQUADO		ADEQUADO	
		INSUFICIENTE	BÁSICO	PROFICIENTE	AVANÇADO
5º ANO	PORTUGUÊS	0 a 149 pts	150 a 199 pts	200 a 249 pts	> de 250 pts
	MATEMÁTICA	0 a 174 pts	175 a 224 pts	225 a 274 pts	> de 275 pts
9º ANO	PORTUGUÊS	0 a 199 pts	200 a 274 pts	275 a 324 pts	> de 325 pts
	MATEMÁTICA	0 a 224 pts	225 a 299 pts	300 a 349 pts	> de 350 pts

Fonte: INEP

As altas taxas de reprovação e abandono são fatores que impactam no cálculo que define a escala de aprendizagem do aluno, condicionando, neste caso, ao nível de aprendizagem inadequado, seja no nível insuficiente seja no nível básico. De acordo com o Quadro 4, verifica-se que: a) a média da proficiência dos alunos de Ponta de Pedras do 5º e 9º ano em português e matemática está situada no nível básico, grau inadequado, situação idêntica do resultado apresentado pelo estado do Pará; b) o percentual de alunos de Ponta de Pedras com aprendizado adequado em português baixou, do 5º ao 9º ano, de 30,00% para 15,00% e de 18,00% para 4,00% em matemática, resultando que na conclusão do ensino fundamental, de um total de 100 alunos, apenas 15 alunos tem aprendizado adequado em português e somente 4 alunos em matemática. Essa constatação alarmante é abaixo dos dados apresentados no estado do Pará e mais ainda no Brasil, com a diferença intensificada nos anos finais.

Quadro 2 – Aprendizado Adequado e Média de Proficiência Brasil/Pará/Ponta de Pedras – 2019

NÍVEIS DE ENSINO		APRENDIZADO ADEQUADO (% de alunos)			MÉDIA DA PROFICIÊNCIA		
		BRASIL	PARÁ	PONTA DE PEDRAS	BRASIL	PARÁ	PONTA DE PEDRAS
5º ANO	PORTUGUÊS	55,00	34,00	30,00	210,78	192,27	185,46
	MATEMÁTICA	45,00	23,00	180,00	223,90	202,54	196,38
9º ANO	PORTUGUÊS	33,00	21,00	15,00	254,10	242,24	239,34
	MATEMÁTICA	17,00	8,00	4,00	255,57	240,65	233,27

Fonte: INEP

3.1.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB é o principal indicador da qualidade do ensino no Brasil, medido em uma escala que vai de 0 a 10, cujo cálculo obtém-se a partir da combinação de dois critérios de avaliação da educação, que são: o aprendizado e o fluxo escolar. O aprendizado corresponde ao resultado dos estudantes avaliados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aferido tanto pela Prova Brasil (avaliação censitária do ensino público) e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), que inclui também a rede privada, enquanto o fluxo representa a taxa de aprovação dos alunos.

No município de Ponta de Pedras, o baixo fluxo de alunos (decorrente das altas taxas de reprovação e de abandono) manteve o IDEB baixo em 2019, prejudicando o bom resultado alcançado.

O nível de aprendizagem dos alunos de Ponta de Pedras, tanto de 1º ao 5º ano quanto de 6º ao 9º ano, é em torno de 5%, estando muito próximo dos resultados do Pará, e ambos inferiores à realidade do país. Com relação ao fluxo, o índice situa-se entre 0,87 e 0,86, significando, em média, que, a cada 10 alunos, 8 seguem regularmente para a série posterior, realidade quase que idêntica aos dados do Pará. Também relevante é a repercussão que esses resultados estão gerando no IDEB: os alunos de Ponta de Pedras só conseguiram uma pontuação média de 4,4 (1º ao 5º ano) e 3,9 (6º ao 9º ano), enquanto a do Pará oscila de 4,7 a 3,9, e a do Brasil de 5,7 a 4,6, ou seja, o desempenho dos alunos de Ponta de Pedras está em um nível inferior ao do estado e a dois níveis inferiores ao do país (Quadro 3).

Quadro 3 – IDEB Brasil/Pará/Ponta de Pedras– 2019

		APRENDIZADO	FLUXO	IDEB
BRASIL	1º AO 5º ANO	6,02	0,94	5,66
	6º AO 9º ANO	5,21	0,89	4,64
PARÁ	1º AO 5º ANO	5,33	0,88	4,69
	6º AO 9º ANO	4,71	0,83	3,91
PONTA DE PEDRAS	1º AO 5º ANO	5,08	0,87	4,42
	6º AO 9º ANO	4,54	0,86	3,90

Fonte: INEP

Na série histórica evidenciada no Quadro 4 constata-se que o município de Ponta de Pedras está com o IDEB abaixo do projetado, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais, demonstrando que a rede municipal precisa de atenção.

Quadro 4 – Série Histórica Projetada x Realizada – Brasil/Pará/Ponta de Pedras – 2015-2019

IDEB ANOS INICIAIS	IDEB PROJETADO			IDEB REALIZADO		
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
BRASIL	4,8	5,1	5,4	5,3	5,6	5,7
PARÁ	4,0	4,3	4,6	4,3	4,5	4,6
PONTA DE PEDRAS	4,6	4,6	4,9	4,3	4,1	4,4
IDEB ANOS FINAIS						
	2015	2017	2019	2015	2017	2019
BRASIL	4,3	4,6	4,9	4,1	4,3	4,6
PARÁ	4,4	4,7	4,9	3,6	3,6	3,9
PONTA DE PEDRAS	4,4	4,7	5,0	3,4	3,4	3,9

Fonte: INEP

3.2. DIMENSÕES AVALIADAS – EIXOS ESTRUTURANTES

3.2.1. FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

A gestão das políticas municipais de educação, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação (unidade gestora), requer conhecimento de gestão pública, das legislações que norteiam a área educacional, da realidade da rede de ensino em que irão atuar, dos recursos financeiros disponíveis, da importância da formação dos profissionais que integram o quadro de servidores, para tanto, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico para assinalar as deficiências e direcionar suas ações aos setores que merecem maior atenção.

Na avaliação, foram considerados aspectos relevantes e que reconhecidamente conduzem ou podem conduzir ao fortalecimento da Gestão da Secretaria e das Escolas Municipais, em médio e longo prazo, bem como levou-se em conta a adoção de medidas indispensáveis ao enfrentamento de situações urgentes e inadiáveis.

Planejamento

O planejamento constitui um importante instrumento para a eficiência no alcance dos resultados da gestão. É imprescindível, que o gestor municipal tenha conhecimento de sua realidade e das políticas públicas educacionais a serem implementadas, determine as diretrizes que envolvem todo o corpo técnico que compõe a gestão para juntos planejarem os objetivos, diretrizes e metas que permitirão o alcance dos objetivos estratégicos elencados.

a) Situação Encontrada

Na visita in loco, verificou-se que a gestão da Secretaria Municipal está fragilizada, sem definição de estratégias, da qual decorre a situação precária da infraestrutura dos estabelecimentos educacionais, do fornecimento da alimentação escolar e da oferta de transporte escolar.

b) Problema Identificado

Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento.

Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede

É de grande relevância que o município possua uma plataforma de gestão em rede imprescindível para qualificar a administração e conseguir que os alunos realmente aprendam, não repitam o ano e frequentem a sala de aula, bem como para beneficiar gestores, professores, funcionários, alunos e pais com recursos que contribuam para a melhoria do desempenho do município, principalmente nas avaliações externas.

Uma plataforma que possibilite o gerenciamento do acervo acadêmico, criada para centralizar as informações e integrar os setores da Secretaria Municipal de Educação. O principal objetivo da plataforma é modernizar todos os setores da Secretaria. Mas possui também outras finalidades como: controle dos principais processos, reduzindo custos, tempo de trabalho e possibilidade de erros; gestão otimizada dos processos relativos ao corpo docente, inclusive dos concursos de designação temporária e remoção; agilidade nas rotinas de matrícula e disponibilização do resultado final; possibilita melhorias nas práticas pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem; precisão e rapidez nas rotinas de prestação de contas à Secretaria de Estado da Educação e ao Ministério da Educação.

a) Situação Encontrada

Verificou-se na visita in loco que não há ainda uma plataforma de gestão de resultados em rede, contudo a Secretaria encontra-se, no momento, levantando dados do ano de 2020 e 2021 para posteriormente fazer um diagnóstico e iniciar um plano de trabalho. Há escolas que perderam

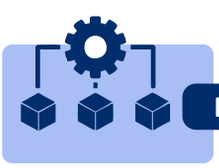
materiais dos alunos que estavam aguardando correção, e com isso não se pode encerrar o ano letivo de 2020.

b) Problema Identificado

Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal.

c) Solução Proposta

Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede.



Estrutura Organizacional da Rede

A estrutura organizacional diz respeito aos mecanismos indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades rotineiras, que compreende a infraestrutura do prédio, quadro de servidores (com definição de quantitativo e competências), tecnologia da informação, dentre outros.

a) Situação Encontrada

Segundo o relato da Secretária, a infraestrutura do prédio da SEMED está inadequada, há necessidade de reformas nas escolas da rede, e que há carência de tecnologia de informações que visem a uma gestão de resultados.

b) Problema Identificado

Insuficiência de sistemas tecnológicos de apoio ao planejamento e acompanhamento do desempenho e resultados da política educacional da rede municipal.

c) Solução Proposta

Ampliar os sistemas tecnológicos que propiciem o apoio ao planejamento e acompanhamento do desempenho e resultados da política educacional da rede municipal.

Seleção de Gestores Escolares

A definição e observância de critérios técnicos de mérito e desempenho qualificam a escolha de diretores de escola, e, por conseguinte, contribuem para a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Imprescindível destacar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu como inconstitucional a eleição direta para diretores escolares, por ferir prerrogativa de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo (ADI 2997). Contudo, não há impedimento que se efetive a gestão democrática, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta à comunidade escolar, uma vez que tal providência guarda conformidade com Plano Nacional de Educação (Meta 19), e por conseguinte, nos Planos Municipais de Educação.

a) Situação Encontrada

Segundo relato da Secretária Municipal, a escolha dos diretores da rede municipal decorre de indicação por critérios técnicos, em conformidade ao estabelecido no PCCR.

b) Problema Identificado

Não foi identificado problema.

c) Solução Proposta

Não se aplica.

3.2.2. UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

A Constituição Federal preceitua que "*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*." (art. 205).

Ao tratar a educação como um direito de todos, a Carta Magna estabelece a universalização do ensino como caminho para construção de uma sociedade democrática, com a promoção do

desenvolvimento da pessoa e de sua qualificação para o trabalho, determinado como dever correspondente a cargo da família e do Estado para alcançar tal fim, a colaboração, a promoção do acesso e da permanência de todos, principalmente das crianças e adolescentes, nos bancos escolares.

Realização de Busca Ativa Escolar

A busca ativa escolar é uma estratégia que objetiva garantir o retorno e a permanência dos alunos na escola, através de ações que envolvem a mobilização não somente dos educadores, mas de profissionais de diversas áreas como saúde, assistência social, conselho tutelar, o envolvimento da família, e que evitem o risco do abandono, intensificado pela pandemia, possibilitando aos municípios a obtenção de dados relevantes para o planejamento, desenvolvimento e implementação de políticas públicas favoráveis à inclusão escolar, efetivando a matrícula de crianças, jovens e adultos, assegurando assim a permanência de todos nas unidades escolares.

a) Situação Encontrada

De acordo com os dados coletados no INEP, no período 2019-2021 houve redução no número total de matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5° ano, e aumento das matrículas da Educação Infantil, Educação Fundamental do 6º ao 9º ano, e da EJA (Quadro 5).

Quadro 5 – Ponta de Pedras: Matrículas realizadas - 2019-2021

NÍVEIS DE ENSINO (EDUCAÇÃO)	2019	2020	2021
Infantil	953	1.041	998
Fudamental - 1º ao 5º	2.537	2.362	2.146
Fudamental - 6º ao 9º	1.533	1.594	1.723
Fudamental - 6º ao 9º	162	97	339
TOTAL	5.185	5.094	5.206

Fonte: INEP

b) Problema Identificado

Houve aumento das matrículas da Educação Infantil, Educação Fundamental do 6º ao 9º ano, e da EJA e redução no número total de matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5° ano.

c) Solução Proposta

Realizar busca ativa nas matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5° ano.

Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal

Para checagem do conhecimento dos alunos em habilidades/objetivos de aprendizagem específicos, necessária se faz a realização de procedimento avaliativo diagnóstico periódico sobre o padrão de aprendizagem abrangendo estudantes por ano/série, de modo a organizar programas de recuperação, na forma remota e/ou presencial, com base nos resultados de avaliação diagnóstica.

a) Situação Encontrada

Segundo informado pela gestão, não há avaliação diagnóstica realizada no município, contudo a SEMED pretende aplicar simulados quinzenais a partir de outubro/2021 para toda a rede escolar.

b) Problema Identificado

Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série.

c) Solução Proposta

Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino.

Projetos Pedagógicos com Vistas à Melhoria dos Resultados

A melhoria dos indicadores relativos à nota do IDEB, taxa de analfabetismo e distorção idade-série requer, dentre outras ações, a elaboração de projetos que contemplem estratégias pensadas pela gestão a partir da realidade local.

a) Situação Encontrada

A visita *in loco* possibilitou verificar que alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental apresentam dificuldades na escrita, leitura e interpretação, caracterizando situação de analfabetismo absoluto e funcional no município.

Segundo relato da Secretária e dos coordenadores pedagógicos, as estratégias para a superação do analfabetismo se resumem à disponibilização de turmas de EJA, e as estratégias para a superação da distorção idade-série estão vinculadas às aulas de reforço, adaptações de currículo e flexibilização de avaliações, revisão de práticas de classe regular, e revisão de provas de avaliação.

Os gestores escolares relatam afastamento das famílias no acompanhamento da vida escolar dos alunos, embora utilizem como estratégias reuniões pontuais e utilização de redes sociais.

b) Problema Identificado

Inexistência da aplicação de estratégias e iniciativas pedagógicas que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB.

Insuficiência de estratégias para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares.

c) Solução Proposta

Elaborar e executar os projetos que fomentam o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

As escolas têm que ampliar as estratégias direcionadas à sensibilização das famílias quanto à relevância da participação na vida escolar.

Turmas Multisseriadas

As turmas multisseriadas seguem regulamentação da Resolução CNE/CEB nº 002/2008 e atendem aos alunos que se encontram na mesma classe, porém possuem faixas etárias e séries diversas. Um único professor ministra conteúdos diferenciados correspondentes a cada ano escolar. É uma forma de

ensino comum na zona rural em razão de fatores como acesso difícil, número reduzido de alunos na localidade e carência de professores.

Destaca-se que esta organização de ensino requer tanto da parte do gestor municipal apoio técnico e financeiro, como da parte do professor conhecimento e habilidade no desenvolvimento da metodologia que será eficaz ao alcance do ensino aprendizagem dos alunos matriculados nessas turmas.

a) Situação Encontrada

No município de Ponta de Pedras 80% das escolas estão localizadas na zona rural, tendo sido possível observar, por ocasião da visita, existência do método de ensino multisseriado.

Foi informado pelos docentes que não há material didático e bibliográfico específico para o desenvolvimento da proposta pedagógica, bem como não há oferta de capacitação adequada para os profissionais que atuam neste segmento.

b) Problema Identificado

Ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;

Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento;

Inexistência de materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.

c) Solução Proposta

Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;

Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado;

Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas.

Retorno às Aulas Presenciais

Em decorrência da pandemia da COVID-19, iniciada em março de 2020, o Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 11/2020, aprovando orientações educacionais no âmbito nacional para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais na rede de ensino. Em seguida, editou a Resolução nº 15/2020, estabelecendo diretrizes nacionais para a implementação da Lei nº 14.040/2020, com relação às normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública (reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020), estabelecendo enfim orientação às redes de ensino quanto a integração curricular e a prática das ações educacionais em âmbito nacional no período da pandemia

a) Situação Encontrada

De acordo com relato da Secretária, em 2021 foi adotado o sistema híbrido de ensino. Foi ressaltada a dificuldade em adotar a sistemática de ensino não presencial, em função da precariedade de acesso virtual no município, a reduzida disponibilidade de aparelhos de comunicação (computador, celular, tablet, entre outros) por parte das famílias dos alunos municipais, e a dispersão das escolas da zona rural.

O retorno dos alunos da rede municipal às aulas presenciais ocorreu a partir de agosto de 2021, em virtude das condições precárias de infraestrutura escolar e ausência de condições higiênico-sanitárias que garantam um ambiente seguro no retorno às aulas presenciais.

b) Problema Identificado

Precariedade de acesso virtual em todo o território municipal.

Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias.

c) Solução Proposta

Elaborar um plano adequado para retorno seguro às aulas presenciais;

Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal.

Calendário Escolar - Carga Horária Mínima Anual

A Lei nº 9.394/1996, que define as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 31, inciso II, que a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional.

A Lei nº. 14.040/2020, em virtude da pandemia, estabeleceu as seguintes exceções:

i. Para a educação infantil, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de trabalho educacional (200 dias) e o cumprimento da carga horária mínima anual (800 horas); e

ii. Para o ensino fundamental, dispensou a obrigatoriedade de observância do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar (200 dias), desde que cumprida a carga horária mínima anual (800 horas).

a) Situação Encontrada

Conforme informações do gestor municipal, no período normal de aula, os dias letivos deixam de ser cumpridos em razão de diversos fatores, dentre os quais: a) deslocamento dos professores em dias úteis, especialmente os da zona rural, aos estabelecimentos bancários para receberem seus salários; b) os barqueiros interrompem o transporte dos alunos para receberem seus pagamentos; c) redução de horas e dias letivos semanais em decorrência da vazante da maré.

b) Problema Identificado

Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais.

c) Solução Proposta

Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem;

Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos.

3.2.3. INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A infraestrutura escolar abrange espaço físico arejado e com acessibilidade, contendo salas de aulas espaçosas, banheiros, refeitórios, biblioteca, compreendendo também mobiliário e equipamentos adequados tanto à idade quanto ao atendimento das pessoas com deficiências especiais.

a) Situação Encontrada

Nas visitas in loco realizadas nas escolas da zona rural e urbana, ficaram evidentes os seguintes aspectos:

i. Instalações elétricas danificadas;

ii. abastecimento de água precário, alguns dias sem água, inclusive sem controle de potabilidade da água;

iii. equipamentos e mobiliários insuficientes e/ou inadequados;

iv. instalações prediais danificadas e inadequadas, inclusive sem acessibilidade.

b) Problema Identificado

Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários.

Fotos 1 a 4 – Escolas Municipais com Infraestrutura Precária ou Inacabada

c) Solução Proposta

Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares.

3.2.4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O art. 208 da Constituição Federal prevê que é dever do Estado garantir o atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei nº 11.947/2009, que criou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vista ao atendimento dos princípios e das diretrizes estabelecidas na legislação correlata. Estabelece ainda que o município destine pelo menos 30% dos recursos repassados pelo PNAE para aquisição de produtos da agricultura familiar.

Cabe ressaltar que a obrigação da União, através do PNAE, é de caráter suplementar, ficando ao encargo dos estados e municípios, a função principal de oferecer aos seus alunos do ensino básico, a alimentação escolar.

Elaboração de Cardápios

Considerando o disposto na resolução CD/FNDE nº 06/2020, os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados pelo Responsável Técnico (RT) do PNAE, tendo como base a utilização de alimentos in natura ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

a) Situação Encontrada

Segundo informações coletadas, os cardápios elaborados para escolas da zona urbana e da zona rural apresentam diferenças em suas especificações em razão da impossibilidade de armazenamento de produtos que necessitam de refrigeração.

b) Problema Identificado

Elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados.

c) Solução Proposta

Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável.

Aquisição de Gêneros Alimentícios

A Aquisição dos gêneros alimentícios deve ser pautada no cardápio elaborado pela nutricionista (Responsável Técnico), observando as diretrizes do PNAE e priorizando a alimentação saudável, com respeito aos hábitos alimentares, a cultura alimentar local, os alimentos in natura, evitando alimentos ultraprocessados, de baixo valor nutricional, e resguardando a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

a) Situação Encontrada

Pelas informações coletadas, as merendeiras não seguem o cardápio elaborados pelos nutricionistas em virtude da entrega intempestiva de alimentos ou entrega sem controle do quantitativo entregue.

b) Problema Identificado

Não cumprimento das diretrizes do PNAE e sem priorizar a alimentação saudável, de baixo valor nutricional, sem resguardar a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

c) Solução Proposta

Organizar e coordenar a entrega dos gêneros alimentícios quanto ao prazo de entrega ao quantitativo necessário para o uso nas escolas.

Distribuição de Gêneros Alimentícios

a) Situação Encontrada

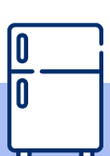
Segundo informações da gestão municipal, a entrega dos gêneros alimentícios para as escolas ocorre de forma intempestiva, comprometendo o cumprimento dos cardápios elaborados pela nutricionista.

b) Problema Identificado

Ausência de controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED.

c) Solução Proposta

Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas.



Armazenamento de gêneros alimentícios

a) Situação Encontrada

Segundo relato dos gestores escolares, a SEMED e as escolas visitadas não dispõem de local adequado para armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, assim como os mobiliários e equipamentos diversos também não são adequados para proporcionar melhores condições de armazenamento e controle de estoque, fato esse evidenciado em visita *in loco.*

b) Problema Identificado

Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques.

Nas escolas, o depósito da alimentação escolar não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos.

As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados.

Fotos 5 a 7 – Estrutura Precária dos Espaços de Armazenamento e Elaboração da Alimentação Escolar

c) Solução Proposta

Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas.

Dotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios, com observância dos prazos de validade.

Acompanhamento e Execução do Programa

a) Situação Encontrada

A Secretária informou que não há nutricionistas suficientes para realizar o acompanhamento das ações de alimentação e nutrição.

b) Problema Identificado

Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal.

c) Solução Proposta

Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista.

3.2.5. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que o Estado deve garantir programas públicos de transporte escolar, assegurando acesso e permanência na escola para os alunos da zona rural.

O Art. 11, VI, da Lei nº 9.394/96 obriga os municípios a assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. Não afastando a responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação frente ao que está estabelecido no Art.208, VII, da Constituição.

Assim, são necessárias providências aptas a assegurar que o poder público cumpra o seu dever de viabilizar o acesso de crianças à escola, viabilizando condições adequadas, regulares e seguras para a prestação do serviço de transporte escolar, observando principalmente o atendimento às regras de segurança em vigor.

Na prática, essa prestação de serviço é garantida por meio de recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), pelo Programa Federal “Caminho da Escola”, e recursos de ordem estadual e municipal.

Formas de Atendimento de Transporte Escolar

Na atualidade, a política pública de transporte escolar é garantida por meio de utilização veículos (ônibus e micro-ônibus) e embarcações (lanchas) do Programa “Caminho da Escola”, do FNDE, bem como por locação de veículos e barcos de terceiros, por meio de contratação custeada com recursos do PNATE e outras fontes de recursos pertencentes ao estado e/ou município.

a) Situação Encontrada

Segundo informações da Secretária, é oferecido transporte escolar gratuito aos alunos da zona rural, por meio de micro-ônibus, de lanchas do Programa "Caminho da Escola", e por embarcações, de pequeno porte, tipo rabeta. Há grande distancias entre as comunidades da zona rural até as escolas, ocasionando com que o tempo de deslocamento chegue até 12 horas.

b) Problema Identificado

Inadequação do transporte escolar (lancha) nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés.

Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade.

Existência de embarcações sem condições de uso, duas necessitando de manutenção e reparos e duas afundadas no rio.

c) Solução proposta

Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação.

Otimizar os transportes escolares para que o transporte das localidades mais distantes seja mais rápido.

Providenciar, dentro da capacidade orçamentária e financeira do município, serviços de manutenção e reparos dos veículos e embarcações.

Contratação dos Serviços Prestados

a) Situação Encontrada

O gestor da SEMED informou que a contratação de transporte fluvial no município para o transporte dos alunos no trajeto residência-escola-residência não decorre de procedimento licitatório ou chamada pública. É efetuada diretamente com o proprietário da embarcação, responsabilizando-se a Secretaria pelo pagamento do uso da embarcação, e pelo fornecimento de combustível na quantidade necessária para cumprir o trajeto.

b) Problema Identificado

Inexistência de procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere.

Elevado custo na contratação de serviços terceirizados.

c) Solução Proposta

Adotar procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere.

Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural.

3.2.6. VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Garantir uma educação pública de qualidade requer, dentre outras medidas, adoção de ações que garantam a qualidade nas condições de trabalho dos educadores e sua remuneração condigna, assegurado nos termos do art. 67 Lei nº 9.394/96 (LDB) e consubstanciado na meta 18 do PNE.

Estruturação do Quadro de Servidores

A Meta 18.1 do PNE estabeleceu que, até o início do terceiro ano de vigência do plano, ou seja, 2017, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares às quais se encontrem vinculados.

a) Situação Encontrada

Segundo informação da Secretária, o quadro de servidores em efetivo exercício na educação da rede é o seguinte: dentre os profissionais do magistério 46,7% são concursados, e 53,3% são temporários; no caso dos profissionais da educação não docentes 45,4% são concursados e 54,6% são temporários (Quadro 7).

Servidores em efetivo exercício na rede municipal de Ponta de Pedras – 2021

SERVIDORES DO MAGISTÉRIO	TOTAL	%
EFETIVOS	243	46,7
TEMPORÁRIO	277	53,3
TOTAL	520	100,0

SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	TOTAL	%
EFETIVOS	279	45,4
TEMPORÁRIO	335	54,6
TOTAL	614	100,0

Fonte:SEMED

b) Problema Identificado

O número de profissionais do magistério concursados e dos profissionais da educação não docentes da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017.

c) Solução Proposta

Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério.

Remuneração

A remuneração do servidor integra o processo de valorização do servidor, e pressupõe uma remuneração condigna, de desenvolvimento do processo formativo e condições mínimas de trabalho, e que devem estar consubstanciadas no Plano de Carreiras do Servidor (PCCR).

Aos profissionais da educação é assegurada a existência de Plano de Carreiras tendo como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, estabelecido nos termos do inciso VIII, Art. 206 da Constituição Federal, e regulamentado pela Lei nº 11.7382008.

a) Situação Encontrada

A remuneração do pessoal do magistério do município de Ponte de Pedras está prevista na Lei nº 536, de 10/12/2012, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (PCCR), atualizado em 2015, conforme informação da gestora municipal.

Segundo a entrevista realizada com os professores, existem algumas gratificações referentes ao PCCR não vêm sendo cumpridos.

b) Problema Identificado

Vantagens remuneratórias dos profissionais do magistério efetivos não são cumpridos.

c) Solução Proposta

Assegurar o cumprimento integral do PCCR.

Formação de Docentes

A formação continuada dos professores se constitui num importante instrumento de aprimoramento das práticas pedagógicas e das metodologias de ensino que serão utilizadas em sala de aula. É um processo de aprimoramento dos saberes e que irão assegurar uma atuação docente mais efetiva e que resulte na melhoria da qualidade do ensino.

a) Situação Encontrada

A Secretária informou que há pouca formação pedagógica para os professores da rede. Até o ano letivo de 2019 as formações se restringiam à jornada pedagógica e realização de formações detalhadas para os professores da rede que trabalham com descritores e habilidades em Português e Matemática.

b) Problema Identificado

Inexistência de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que trabalham com objetivos de aprendizagem do currículo e ou avaliações externas.

c) Solução Proposta

Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada.

3.2.7. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS

É fundamental e necessário estimular o controle social dos recursos da educação, adotando, dentre outras medidas, o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação, para que lhes sejam garantidas condições previstas na legislação para cumprir seu papel institucional.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) vem estimulando os Tribunais de Contas de todo o país a prestar apoio a esses conselhos sociais, e inclusive editou a Resolução nº 03/2015, que voltado exclusivamente para a temática "Controle externo nas despesas com educação".

Nesse sentido, a visita in loco aos CAE e CACS-Fundeb teve por objetivo identificar o funcionamento desses conselhos de controle social de Bagre, avaliando as condições de apoio para garantia da realização de suas atribuições.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-Fundeb)

O CACS-Fundeb é responsável pela fiscalização e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, juntamente com os órgãos de Controle Interno, Tribunais de Contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto no art. 30 da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o novo FUNDEB.

a) Situação Encontrada

Os membros do CACS-Fundeb relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;

ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDEB e PNATE;

iii. não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções;

iv. entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do FUNDEB e do PNATE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas;

v. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços.

vi. Não devolutiva das diligências emitidas pelo CACS-FUNDEB

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb.

Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CACS-Fundeb.

Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb.

c) Solução Proposta

Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais.

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE.

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet.

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb.

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.

Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE)

O CAE é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo, representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos.

O CAE tem como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo FNDE, que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do PNAE.

a) Situação Encontrada

Os membros do CAE relataram os seguintes fatores que inviabilizam sua atuação efetiva:

i. inexistência de um planejamento anual de suas ações;

ii. carência de conhecimento acerca da correta atuação no processo fiscalização da aplicação dos recursos do PNAE;

iii. não disponibilização dos meios para garantir infraestrutura e condições logísticas adequadas para desempenharem suas funções;

iv. entrega intempestiva da documentação pertinente a prestação de contas dos recursos do PNAE, bem como não envio de devolutiva referente às diligências solicitadas;

v. não são cientificados e convidados a acompanharem a realização dos procedimentos licitatórios para aquisição de material e contratação de serviços.

b) Problema Identificado

Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE.

Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE.

Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do PNAE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CAE.

c) Solução Proposta

Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais;

Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE;

Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet;

Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE;

Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho.

Conselho Municipal de Educação (CME)

A Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 (LDB) amparam a existência, enquanto instituição, do CME. O PNE, na estratégia 19.5, da Meta 19, define o estímulo à criação e ao fortalecimento dos CMEs, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

a) Situação Encontrada

Segundo informação de seus membros, o CME foi instituído recentemente, em abril de 2021, mas sem que ocorrência sistemática de reuniões.

b) Problema Identificado

Ausência de reuniões periódicas.

c) Solução proposta

Criar um planejamento anual de forma regular das reuniões dos membros do CME.

Conselho Escolar (CE)

O artigo 206 da Constituição Federal definiu que a educação pública no Brasil, deve ser pautada, com destaque para a gestão democrática do ensino. A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seus artigos 14 e 15, estabeleceu a obrigatoriedade de participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares enquanto princípio de gestão democrática, atribuindo aos sistemas de ensino assegurar às unidades escolares públicas de educação básica gradativos graus de autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O Conselho Escolar se constitui como órgão colegiado com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar que tem por objetivo fortalecer e ampliar a participação da comunidade, família, alunos, professores e funcionários no bom funcionamento da escola, contribuindo tanto para a organização e aplicação de recursos como também para a organização de planos, metas e projetos escolares, garantindo assim uma gestão democrática do ensino.

a) Situação Encontrada

Existem diversos fatores que interferem na atuação dos representantes do Conselho Escolar, que se referem a:

i. Desempenho de suas funções sem o conhecimento necessário dos instrumentos legais que norteiam sua atuação;

ii. Baixa participação da comunidade escolar no processo de mudança de mandato dos membros do Conselho;

iii. Falta de orientação da SEMED sobre a execução e prestação de contas dos recursos recebidos.

Na visita in loco houve necessidade de reunir com os representantes dos Conselhos Escolares da rede municipal, para prestar informações sobre a execução e prestação de contas dos recursos recebidos, inclusive porque existiam diversas escolas que se encontravam inadimplentes junto ao FNDE, resultando na eliminação das pendências existentes.

Fotos 8 - Reunião com os membros dos Conselhos Escolares em Ponta de Pedras

b) Problema Identificado

Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar;

Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar mudança de mandato dos membros do Conselho;

Ausência de capacitação e acompanhamento da SEMED junto aos Conselhos Escolares.

c) Solução Proposta

Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar;

Realizar capacitação sistemática aos membros do Conselho Escolar quanto à execução e prestação dos recursos recebidos;

Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar.

CONCLUSÃO

Com a realização da visita in loco no município de Ponta de Pedra consolida-se a etapa de elaboração do diagnóstico. O trabalho evidenciou a existência de estabelecimentos escolares com situação precária de infraestrutura e condições higiênico-sanitárias, que necessitam de providências necessárias à garantia de um ambiente escolar seguro aos estudantes e com condições mínimas de funcionamento no retorno às aulas presenciais.

Foi também possível constatar a ausência de planejamento das ações indispensáveis ao cumprimento das atividades de ensino-aprendizagem da rede de ensino e ausência de projetos pedagógicos, insuficiência de formações continuadas dos profissionais da educação, fragilidade na operacionalização do PNAE e PNATE, a falta de apoio para atuação dos Conselhos de Controle Social (CME, CAE e CACS/FUNDEB) e o elevado nível de comprometimento dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos servidores da educação, que pode vir a comprometer ou até mesmo inviabilizar, em tese, investimentos em diversas áreas da atividade de educação.

A despeito das dificuldades decorrentes da localização das características geográficas e da extensão do município de Ponta de Pedras que demanda dispor de tempo considerável para realização de deslocamento, que impossibilitou o acesso à totalidade das escolas da zona rural, que se dá por meio fluvial, a visita in loco no referido município permitiu à equipe, ainda que por amostragem, avaliar e elaborar diagnóstico da educação no município em seus diversos aspectos, tendo como base inicial os indicadores educacionais oficiais e aplicação de questionários on-line, resultando na identificação dos principais pontos suscetíveis de sugestões para resolução de problemas e melhoria na rede pública municipal de educação de Ponta de Pedra.

ENCAMINHAMENTO

O diagnóstico do município de Ponta de Pedras, que compõe a etapa piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará, constitui avaliação e fonte de estudo, a partir da qual é possível pensar e propor medidas capazes de induzir à melhoria e à efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para a região como um todo, mediante esforços coletivos, sistêmicos e sinérgicos. Mas também, pretende contribuir de forma robusta, com o gestor local, pois, o conhecimento produzido constitui um guia qualificado e apto a subsidiá-lo na tomada de decisões no que diz respeito à implementação de ferramentas de gestão, bem como quanto à busca e desenvolvimento de treinamentos, capacitação, cursos e oficinas hábeis a instrumentalizar os profissionais da rede municipal para realizarem suas atividades com mais eficiência, rapidez e qualidade.

Os trabalhos executados, até então, consistem em uma iniciativa pioneira no âmbito desta Corte de Contas, e não se conformam aos parâmetros de uma fiscalização tradicional, tendo em vista que os resultados obtidos têm o intuito de fomentar a colaboração, coordenação e cooperação entre os principais atores envolvidos com a política pública educacional, promovendo diálogo e integração que assegurem uma atuação articulada, capaz de transformar realidades que resultem na construção de um cenário favorável, no qual se garanta a concretização de um direito fundamental, mediante a efetiva geração e entrega de valor público à sociedade.

O presente relatório oferta um retrato acerca da situação geográfica e social vivenciada pela rede municipal de educação e população de Ponta de Pedras, quanto às 7 (sete) dimensões estruturantes do Projeto, funcionando como diretriz na definição das questões prioritárias a serem atendidas.

Ao final desse ciclo foi possível identificar as causas dos problemas encontrados e refletir sobre potenciais soluções (quadro resumo), cujas propostas apresentadas pelo grupo de trabalho perpassam por arranjos coletivos e articulação interinstitucional, uma vez que as implementações de ações isoladas têm demonstrado sobreposição, duplicidade e fragmentação de esforços e, por conseguinte, conduzido à perda de oportunidades de sinergia e integração regional. Mas, também pressupõe o diálogo com a Prefeita e Secretária de Educação, com o objetivo de comunicar o

diagnóstico produzido, esclarecendo dúvidas e orientando-o quanto à tomada de decisões de curto e médio prazo.

Desse modo, serão adotados os seguintes encaminhamentos:

a) Reunir com a Prefeita e Secretária de Educação de Ponta de Pedras, para comunicar o resultado do presente diagnóstico, e especialmente, estabelecer amplo diálogo, ocasião em que a equipe responsável pela execução do trabalho estará disponível para ofertar esclarecimentos e assinalar orientações que contribuirão para a resolução a curto e médio prazo quanto aos problemas identificados.

b) Informar sobre as discussões em andamento com o FNDE, a UFPA, UEPA e outras Instituições Públicas, bem como Organizações Não Governamentais que atuam na área educacional e convidar os Gestores a firmarem parcerias que visem assegurar a sistematização das ações e impedir a duplicidade de esforços, dando origem a projetos resolutivos dos problemas identificados no município de Breves e regionalmente, pautados em estratégias de intersetorialidade e multidisciplinariedade, necessárias ao êxito das propostas de melhoria da educação.

c) Conscientizar e sensibilizar o Gestor a respeito da perspectiva de resolução de problemas de forma articulada e sustentável, a partir de uma atuação cooperativa, coordenada e colaborativa, informando sobre as tratativas em andamento quanto à implementação de futuro arranjo coletivo, a exemplo da composição do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação no Brasil (GAEPE), idealizado pelo Instituto ARTICULE, cuja operacionalização ocorre em parceria com a ATRICON e CTE/IRB, comunicando-lhe, na ocasião, que um dos desdobramentos dessa primeira etapa do projeto piloto resultará na formação do GAEPE - ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, um mecanismo de governança de política pública, multi-institucional, para o qual o município de Breves é convidado a integrar, com intuito de protagonizar uma proposta de transformação e melhoria das políticas educacionais locais, além de contribuir para o progresso da região como um todo

d) Formar banco de dados do município de Ponta de Pedras, sob a supervisão da DIPLAMFCE, por meio da Coordenação Especializada em Educação, cuja organização e armazenamento subsidiará, além da referida Diretoria, o Relator vinculado e a Controladoria responsável pelo acompanhamento das contas do município quanto à viabilidade de futuras ações de controle ou trabalhos específicos, como celebração de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), emissão de alertas, aviso e produção de Notas Recomendatórias..

e) Comunicar o resultado do presente relatório à Presidente e a todos os membros deste TCMPA, esclarecendo que a avaliação diagnóstica do município de Ponta de Pedras será consolidada com os demais municípios do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de assegurar uma interpretação regionalizada, sem ranqueamento por município, apta a subsidiar futuras tratativas de implementação de um instância plural de diálogo e pactuação em prol da melhoria das políticas educacionais dos 17 municípios contemplados na etapa Piloto do Projeto de Fortalecimento da Educação dos Municípios no Estado do Pará.

Apêndice: Quadro Sintético dos Eixos Estruturantes do Diagnóstico Educacional do Município de Ponta de Pedras

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
EIXO 1 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA SECRETARIA E DAS ESCOLAS MUNICIPAIS		
Planejamento	Inexistência de planejamento como ferramenta norteadora da gestão da SEMED e das unidades escolares	Elaborar o planejamento para o desenvolvimento das atividades anuais da educação, determinando objetivos, diretrizes e metas que nortearão a execução da política educacional da rede, assegurando a sua plena execução e monitoramento
Plataforma de Gestão dos Resultados em Rede	Inexistência de uma plataforma de gestão que garanta a integração das informações e que possibilite o efetivo acompanhamento dos resultados da rede municipal	Utilizar uma Plataforma de Gestão de Resultados da rede
Estrutura Organizacional da Rede	Insuficiência de sistemas tecnológicos de apoio ao planejamento e acompanhamento do desempenho e resultados da política educacional da rede municipal	Ampliar os sistemas tecnológicos que propiciem o apoio ao planejamento e acompanhamento do desempenho e resultados da política educacional da rede municipal
Seleção de gestores escolares	-	-
EIXO 2 - UNIVERSALIZAÇÃO, ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA		
Realização de Busca Ativa Escolar	Houve aumento das matrículas da Educação Infantil, Educação Fundamental do 6º ao 9º ano, e da EJA e redução no número total de matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5° ano	Realizar busca ativa nas matrículas da Educação Fundamental do 1º ao 5° ano
Política de Avaliação dos Alunos da Rede Pública Municipal	Não há uma política de avaliação periódica da rede abrangendo estudantes por ano/série	Adotar procedimento avaliativo diagnóstico periódico por ano/série sobre o padrão de aprendizagem envolvendo os alunos da rede municipal de ensino
Projetos Pedagógicos com vistas à Melhoria dos Resultados	Inexistência de estratégias e iniciativas pedagógicas em execução na rede, que visem reduzir a alta taxa de analfabetismo, a distorção idade-série e a baixa nota do IDEB. Insuficiência de estratégias para assegurar a participação das famílias nas atividades escolares	Elaborar e executar projetos que fomentem o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
Turmas Multisseriadas	Ausência de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas Inexistência de formação continuada específica para os educadores que atuam neste segmento Inexistência de materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas	Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas Realizar formação continuada específica para os educadores, que atuam na modalidade de ensino multisseriado Fornecer materiais didáticos e bibliográficos apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica de turmas multisseriadas
Retorno às Aulas Presenciais	Precariedade de acesso virtual em todo o território municipal Precariedade da infraestrutura das unidades escolares e ausência de condições higiênico-sanitárias	Elaborar um plano adequado para retorno seguro às aulas presenciais; Dotar as unidades escolares das condições mínimas de funcionamento e medidas higiênico-sanitárias necessárias para garantir o retorno às aulas em um ambiente seguro aos alunos da rede municipal
Calendário Escolar - Carga horária mínima anual	Não estão sendo cumpridos os 200 (duzentos) dias letivos no período de aulas normais	Reorganizar o calendário escolar considerando as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, sem reduzir o número mínimo de horas letivas e assegurando formas de alcance das competências e objetivos de aprendizagem Viabilizar mecanismos que possibilitem a realização do pagamento dos professores e barqueiros de forma a não inviabilizar o cumprimento dos dias letivos
EIXO 3 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR		
Infraestrutura Escolar	Situação precária de infraestrutura nos estabelecimentos escolares na parte elétrica, hidráulica e estrutura física dos prédios, carência de mobiliários	Realizar o Levantamento da Situação Escolar (LSE), identificando as escolas que precisam de intervenção e/ou melhorias, para planejar e executar ações que assegurem condições de funcionamento regular das unidades escolares
EIXO 4 – POLÍTICA PÚBLICA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
Elaboração dos Cardápios	Elaboração de um cardápio de baixo valor nutricional para a zona rural com priorização na oferta de produtos industrializados e processados	Elaborar um cardápio que priorize alimentos nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável
Aquisição de gêneros alimentícios	Não cumprimento das diretrizes do PNAE e sem priorizar a alimentação saudável, de baixo valor nutricional, sem resguardar a aplicação do percentual de 30% da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural	Organizar e coordenador a entrega dos gêneros alimentícios quanto a questão de entrega no prazo, quanto a questão do quantitativo necessário para o uso nas escolas

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
Distribuição de gêneros alimentícios	Ausência de controle efetivo da Secretaria no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios por parte dos fornecedores, e no cronograma de distribuição para as escolas pela SEMED	Manter controle efetivo no cumprimento dos prazos de entrega dos gêneros alimentícios dos fornecedores para a SEMED e de distribuição para as escolas
Armazenamento de gêneros alimentícios	Inadequação do espaço destinado ao armazenamento dos gêneros alimentícios adquiridos, e insuficiência e inadequação de mobiliários e equipamentos necessários às adequadas condições de armazenagem e controle dos estoques Nas escolas, o depósito da alimentação escolar não dispõe de condições adequadas de estocagem e conservação dos alimentos As escolas não apresentam nenhum mecanismo de controle dos gêneros alimentícios nelas armazenados	Adequar o local existente para armazenamento apropriado da alimentação escolar, bem como mobiliários e equipamentos, tanto na SEMED quanto nas escolas Adotar, nas escolas, fichas de controle de estoque dos gêneros alimentícios recebidos, com observância dos prazos de validade
Acompanhamento da execução do Programa	Número reduzido de nutricionistas para acompanhar o programa em todas as unidades escolares da rede municipal	Ampliar o quadro de nutricionistas, conforme parâmetro estabelecido no art. 10 da Resolução nº 465/2010 do Conselho Federal de Nutricionista
EIXO 5 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENDIMENTO NO TRANSPORTE ESCOLAR		
Formas de atendimento de transporte escolar	Inadequação do transporte escolar (lancha) nas comunidades onde o acesso ocorre por meio de furos e igarapés Os veículos e embarcações contratados pela rede apresentam situação precária nos critérios de conforto, segurança, lotação e regularidade Existência de embarcações sem condições de uso, duas necessitando de manutenção e reparos e duas afundadas no rio	Estabelecer critérios objetivos de conforto, segurança e lotação das embarcações por ocasião da contratação Otimizar os transportes escolares para que transporte das localidades mais distantes seja mais rápido Providenciar, dentro da capacidade orçamentária e financeira do município, serviços de manutenção e reparos dos veículos e embarcações
Contratação dos Serviços Prestados	Inexistência de procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere Elevado custo na contratação de serviços terceirizados	Adotar procedimento prévio à contratação de serviços de transporte escolar, tais como licitação, dispensa, chamada pública ou congênere Revisar as rotas do transporte escolar, no sentido de otimizar os trajetos e/ou avaliar a possibilidade de nucleação de escolas da zona rural
EIXO 6 - VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		
Estruturação do Quadro de Servidores	O número de profissionais do magistério concursados da rede está abaixo do que preconiza a meta 18.1 do PNE, cujo prazo para atendimento expirou em 2017	Realizar concurso público para o provimento do quadro dos profissionais do magistério
Remuneração	Vantagens remuneratórias dos profissionais do magistério	Assegurar o cumprimento integral do PCCR

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	efetivos não são cumpridos	
Formação Docente	Inexistência de formações continuadas para os professores da rede, em especial para os docentes que trabalham com objetivos de aprendizagem do currículo e ou avaliações externas	Implantar e implementar um programa de capacitação do corpo docente a título de formação continuada
EIXO 7 - FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL E UNIDADES EXECUTORAS		
CACS-Fundeb	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CACS-Fundeb Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CACS-Fundeb; Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB e PNATE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CACS-Fundeb.	Orientar o CACS-Fundeb a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB e PNATE Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do FUNDEB e do PNATE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CACS-Fundeb Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho
CAE	Inexistência de um planejamento de ações e estratégias para disciplinar a execução das atividades anuais de competência do CAE Ausência de apoio para garantia de infraestrutura e condições logísticas adequadas para o desempenho das atribuições do CAE Entrega intempestiva de documentação pertinente à prestação de contas dos recursos do PNAE e ausência de devolutivas das diligências emitidas pelo CAE	Orientar o CAE a planejar ações e estratégias de execução das suas atividades anuais Capacitar os membros do Conselho acerca da atividade de acompanhamento da execução dos recursos do PNAE Garantir a infraestrutura e logística adequadas ao funcionamento do Conselho, inclusive disponibilizando melhor acesso à internet Entregar a documentação pertinente à aplicação dos recursos do PNAE, em tempo hábil, de forma a permitir a análise acurada de competência do CAE Apresentar de forma tempestiva as devolutivas de diligências emanadas pelo Conselho
CME	Ausência de reuniões periódicas	Criar um planejamento anual de forma regular das reuniões dos membros do CME
Conselhos Escolares	Ausência de capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Dificuldade de mobilização da comunidade escolar para viabilizar	Realizar capacitações voltadas ao exercício da função de conselheiro escolar Realizar capacitação sistemática aos membros do Conselho

EIXOS / ITENS	PROBLEMA IDENTIFICADO	SOLUÇÃO PROPOSTA
	mudança de mandato dos membros do Conselho Ausência de capacitação e acompanhamento da SEMED junto aos Conselhos Escolares	Escolar quanto à execução e prestação dos recursos recebidos Disponibilizar apoio técnico pedagógico no sentido de prover as unidades escolares de mecanismos que sensibilizem a comunidade escolar quanto a relevância da gestão democrática por meio do conselho escolar